

FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ – FIJ

IANE BARBOSA DE ANDRADE FERNANDES

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

**FRANCA
2011**

IANE BARBOSA DE ANDRADE FERNANDES

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado às Faculdades Integradas de Jacarepaguá-FIJ, como requisito para obtenção do título no curso de pós-graduação em Língua Portuguesa

Orientadora: Prof^o: Igor Jakimczyk Baptista

**FRANCA
2011**

Só se aprende escrever, escrevendo e lendo muito.

Drumond

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar numa perspectiva contextual, o processo de aquisição da leitura e da escrita pelas crianças e adolescentes nas produções de textos no Ensino Fundamental. Muitos educadores reclamam dos erros de escrita e da falta de contato por parte dos alunos com os diversos portadores textuais e muitos não conseguem interpretar o que lêem. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. Esta pesquisa será desenvolvida com análise crítica e reflexiva sobre leitura, escrita e os diferentes gêneros de textos e livros, por meio de estudos linguísticos, bibliográficos e observação da pesquisadora, que permitirão ampliar a investigação, abrangendo basicamente as questões relativas à leitura e a escrita no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Leitura, Escrita, Portadores Textos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Objetivo Geral.....	7
Objetivos Específicos.....	7
Metodologia da Pesquisa.....	7
1 CONCEPÇÕES SOBRE A LEITURA	8
1.1 A LEITURA DO TEXTO VERBAL VERSUS A LEITURA DO TEXTO NÃO- VERBAL.....	11
1.2 A INFLUÊNCIA DA LEITURA NA VIDA DAS CRIANÇAS	13
1.3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCRITA.....	15
2 O PAPEL DO PROFESSOR E A PRÁTICA DA LEITURA EM SALA DE AULA	17
2.1 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR: UM PROCESSO CONTÍNUO.....	19
3 A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE TEXTUAL	22
3.1 ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE PRODUÇÃO DE TEXTO.....	23
3.2 A PRODUÇÃO DE TEXTOS NA ESCOLA.....	24
3.3 A IMPORTÂNCIA DOS DIVERSOS PORTADORES DE TEXTO PARA A LEITURA.....	27
3.4 A ADEQUADA ESCOLHA DOS TEXTOS E DAS ATIVIDADES DE LEITURA E ESCRITA.....	31
CONCLUSÃO	32
REFERENCIAS	33

INTRODUÇÃO

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão.

O processo de ler é complexo, como em outras tarefas cognitivas, como resolver problemas trazer à mente uma informação necessária, aplicar algum conhecimento a uma situação nova, o engajamento de muitos fatores (percepção, atenção, memória) é essencial se queremos fazer sentido do texto. Conhecer esse processo se faz necessário para trabalhar leitura.

Devido a essa preocupação, o problema desta pesquisa é como contribuir para que a leitura se torne elemento essencial na produção de texto dos alunos no ensino fundamental.

As atividades de leitura e escrita não devem ser exercitadas separadamente. Devem ser integradas uma a outra, a todas as disciplinas e exploradas amplamente nas suas diversidades para o fortalecimento do ensino e o preparo do indivíduo para enfrentar as situações do cotidiano em um mundo recheado de gostos de leitura e de diferentes textos que circulam nas instituições e grupos sociais, afinal é para enfrentar autonomamente a vida que vamos trabalhar o aluno.

Empenhar-se, alunos e professores, no uso da língua como código comum, lei social, complexa e possibilitadora de infinitas combinações é a nova barreira a enfrentar. Formar o aluno livre e espontâneo que sabe se submeter aos caprichos e instrumentos da língua para dar forma ao seu querer, deve ser a preocupação pedagógica em todas as instituições.

Trabalhar o projeto da escrita é reconhecer o poder do aluno, para criar algo novo a fim de que, valorizado na sua produção e acreditando na capacidade de continuar produzindo, adquira a auto confiança. Deste modo, também se estará

favorecendo a formação de um cidadão crítico que um dia poderá transformar a realidade.

O estudo em questão justifica-se pela necessidade de melhor compreensão da leitura para a elaboração de textos, dada à sua complexidade e importância no meio acadêmico.

Objetivo Geral

Analisar, numa perspectiva contextual, o processo de aquisição da leitura e da escrita pelas crianças e adolescentes nas produções de textos no Ensino Fundamental.

Objetivos Específicos

- Identificar a prática da leitura um ato prazeroso.
- Conhecer quais as causas encontradas, no contexto escolar, que dificultam o aprendizado da leitura e da escrita.
- Enriquecer a produção textual com os diferentes campos semânticos.

Metodologia da Pesquisa

Esta pesquisa será desenvolvida com análise crítica e reflexiva sobre leitura, escrita e os diferentes gêneros de textos e livros, por meio de estudos linguísticos, bibliográficos e observação da pesquisadora, que permitirão ampliar a investigação, abrangendo basicamente as questões relativas à leitura e a escrita no Ensino Fundamental.

Segundo Oliveira (2001, p. 117), "A pesquisa tem por objetivo estabelecer uma série de compreensões no sentido de descobrir respostas para as indagações e questões que existem em todos os ramos do conhecimento humano [...]". Por isso, o pesquisador utiliza diversas técnicas e métodos para extrair o máximo de informação acerca do que está sendo pesquisado. Portanto, de acordo com o autor (2001, p. 118) "Pesquisar significa planejar cuidadosamente uma investigação de acordo com as normas da Metodologia Científica, tanto de forma como de conteúdo".

1 CONCEPÇÕES SOBRE A LEITURA

Para que possamos compreender a importância da leitura buscamos entender o que vem a ser essa prática tão rica para o desenvolvimento do educando e de todos os indivíduos.

De acordo com Ferreira (1986, p. 1019), leitura “[...] é o ato ou efeito de ler, a arte de ler, o hábito de ler, a arte de decifrar e fixar um texto de autor, segundo determinado critério.”

Para Lakatos (1995, p. 19):

Ler significa conhecer, interpretar, decifrar, distinguir os elementos mais importantes dos secundários, utilizar os elementos como fonte de novas idéias e saber, por meio dos processos de busca, assimilação, crítica, comparação, verificação e integração do conhecimento.

Observamos que a definição de leitura está ligada não só à sua importância, mas também às funções que o ato de ler assume. Dentre essas funções temos a interpretação, a compreensão e a observação as quais auxiliam o leitor no seu desenvolvimento cultural.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p. 53)

leitura é:

[...] É um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e de tudo o que sabe sobre a língua. Não se trata apenas de extrair informações da escrita, decodificando-a, letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituído antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê.

Quanto à importância da leitura, verificamos que ela amplia conhecimentos, ajuda na aquisição de informações básicas e específicas, abre novos caminhos, sistematiza o pensamento, enriquece o vocabulário, desenvolve o senso crítico bem como permite que conheçamos a estrutura da língua para organizarmos melhor a escrita.

Lajolo (1994, p. 106) ressalta a importância da leitura dizendo que:

A habilidade de leitura é essencial para quem quer ou precisa ler jornais, assinar contratos de trabalho, procurar empregos através de anúncios, solicitar documentos na polícia, enfim, para todos aqueles que participam, mesmo que à revelia, dos circuitos da sociedade moderna que fez da escrita seu código oficial.

Portanto, concluímos que a leitura é capaz de proporcionar ao leitor o conhecimento, levando-o a ter um bom relacionamento na sociedade e, conseqüentemente a ter uma vida melhor.

O leitor é sempre parte de um grupo social e trará para a leitura vivências advindas do social e para o texto trará sua experiência prévia de vida e também suas visões individuais de mundo, preenchendo o texto com sentidos que expressam as circunstâncias sócio-históricas e pessoais de seu tempo e de seu entorno.

Desse modo, leitor e leitura atuam na construção de um processo social de mão dupla, desenvolvendo um tipo de ação que se dá em espaço muito amplo, pois os inumeráveis sentidos atribuídos a um texto e dele também absorvidos entram em consonância com o imaginário pessoal e coletivo dos indivíduos.

De acordo com Yunes (1984, p. 33):

Quando surgiu a leitura, ela era imposta ao aluno na escola, e ao invés de ser fonte de saber e de prazer, passou a ser obrigação e dever. Portanto, é evidente que a elevação geral do nível de instrução escolar permite o desenvolvimento de hábitos de leitura, mas é por outro lado, também verdade que o grau de instrução de uma nação depende estritamente do nível de vida dos seus habitantes, assim a democratização da cultura só pode ser entendida a partir do propósito da democratização da sociedade como um todo.

Para Yunes, antigamente, a leitura era privilégio de poucos. Os leitores eram passivos, desinteressados, desmotivados, porque a leitura lhes era imposta, o que dificultava seu interesse. Atualmente, a escola traz subsídios aos leitores, para que a maioria deles tenha acesso e hábito à leitura. O leitor tem mais liberdade ao ler um texto, já que pode expressar suas opiniões e idéias.

Desse modo, um dos papéis fundamentais da escola é o de formar bons leitores, aqueles que se dediquem à leitura e que sejam capazes de resolver seus problemas.

Para Zilberman (1993, p. 11), “[...] as afinidades entre escola e leitura se mostram a partir da circunstância de que é por intermédio da ação da primeira que o indivíduo se habilita à segunda”.

É importante ressaltar que ela abrange três tipos de conhecimento, os quais fazem parte do conhecimento prévio e permitem que os leitores compreendam o texto com maior facilidade: o conhecimento lingüístico, o conhecimento textual e o conhecimento de mundo.

O conhecimento lingüístico é o conhecimento que se tem da língua. Se o leitor não trazer ou tiver algum conhecimento da língua, obviamente ele não conseguirá interagir no mundo da leitura.

Em se tratando de conhecimento textual, Kleiman (2002, p. 16) diz que “[...] é o conjunto de noções e conceitos sobre o texto e desempenha um papel importante na compreensão de textos.

Partindo do conceito de conhecimento textual apresentado acima, observamos que a leitura de um texto torna-se mais fácil quando o leitor tem uma noção textual básica, ou seja, quando o leitor conhece o tipo e as características do texto que lê.

O último tipo de conhecimento é o conhecimento de mundo, aquele que pode ser tanto adquirido por meio da enciclopédia quanto por meio do convívio na sociedade.

A importância dos três tipos de conhecimento pode ser constatada a partir da citação de Kleiman (2002, p. 13):

É mediante a interação de diversos níveis de conhecimentos, como o conhecimento lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto, e porque o leitor usa justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão.

Um outro ponto que devemos considerar é a postura que o professor deve assumir quando ensina ou avalia a leitura. Para Kleiman (2002, p. 30):

O trabalho do professor não consiste em auxiliar o aluno na construção de um único sentido, mas em ajudá-lo a escutar a voz do autor inscrita no texto... o professor precisa interagir com o aluno, com a finalidade de instruí-lo a buscar a essência do que está lendo.

Logo, constatamos que o professor precisa estar atualizado em relação à leitura, sendo um bom leitor e sabendo mais que o aluno. A interação entre professor e leitor (aluno) é importante porque leva o aluno a descobrir as riquezas que a leitura possui, aumentando assim o seu conhecimento.

Em relação à postura do aluno como leitor verificamos a partir de Yunes (1984, p. 35) que ele precisa ter, além de interesse, objetivo pré-estabelecido, isto é, ele sempre deve responder às questões por que ler, o que ler e para que ler.

O ato de ler só encontra apoio real na consciência do leitor quando se estabelece a partir de uma verdadeira comunicação em que o leitor (aluno) percebe o discurso do outro (o texto) como valioso e necessário e quando nele vê ressonância do seu próprio sentir.

Vemos que o leitor não é aquele que somente lê, mas sim o que reflete e busca um ideal na sua postura como leitor.

É importante acrescentar que a leitura feita aleatoriamente não tem o mesmo valor que a leitura reflexiva: na primeira, o leitor não recebe conhecimentos; já na segunda, além de receber conhecimentos novos, ele desenvolve o senso crítico, uma vez que esse tipo de leitura o leva ao questionamento e à avaliação das informações e dos propósitos do autor.

Sendo assim, podemos dizer que o bom leitor é aquele que, ao ler, critica, comenta e busca compreender o texto nos seus vários sentidos, respeitando a mensagem transmitida pelo autor.

A partir de tudo o que foi exposto sobre leitura, vemos que ela está ligada não só ao leitor (aluno) mas também ao professor, e que a relação existente entre eles é fundamental no desenvolvimento deste trabalho.

1.1 A LEITURA DO TEXTO VERBAL VERSUS A LEITURA DO TEXTO NÃO-VERBAL

A linguagem verbal se distingue da não-verbal justamente por apresentar palavras.

De acordo com Ferrara (1991, p. 26):

A leitura verbal apóia-se no domínio de sua competência; ensina-se a ler pela compreensão do encadeamento lógico, coordenado, subordinado ou misto das estruturas frásicas do texto verbal. Aprende-se a ler e desenvolve-se esse aprendizado.

É por meio da interação das frases de um texto que a leitura verbal se torna eficiente. Se o leitor não relacionar as palavras e frases, certamente ele não conseguirá extrair do texto a mensagem transmitida pelo autor.

Não podemos nos esquecer de acrescentar que a leitura verbal é mais fácil de ser compreendida, porque apresenta palavras. O leitor precisa ter um mínimo de conhecimento da linguagem, como o vocabulário e as normas que organizam esse vocabulário (por exemplo: as regras de concordância verbal e nominal; a pontuação; a colocação pronominal e outras).

Em relação ao texto não-verbal, Ferrara (1991, p. 15) o define como:

A fragmentação é sua marca estrutural: nele não encontramos um signo, mas signos aglomerados em convenções: palavras, cores, traços, tamanhos, texturas, cheiros, as emanações dos cinco sentidos que, via de regra, abstraem-se, surgem no não verbal, juntas e simultâneas, porém, desintegradas, já que de imediato, não há sintaxe que as relacione: sua associação está implícita, ou melhor, precisa ser produzida.

Diante disso, podemos observar dois elementos importantes que fazem parte da leitura de um texto não-verbal: é a observação e a interação dos cinco sentidos. Enquanto o leitor não souber utilizar esses recursos de percepção, não haverá a compreensão do texto.

A leitura de um texto não-verbal é mais complexa, já que requer maior atenção do leitor para o entendimento de sua mensagem, ou seja, exige um maior trabalho quanto à associação e à integração dos elementos. Os cinco sentidos do leitor precisam estar acionados, para que ele possa, por meio da observação e da atenção, compreender o que está por trás dos desenhos, imagens e sons.

A leitura de um texto não-verbal pode, muitas vezes, dar margens a várias interpretações, por isso o leitor deve extrair, no ato da receptividade, a idéia central, mostrando o seu ponto de vista e respeitando o do autor.

Podemos sintetizar, acrescentando que cada um dos textos (verbal e não-verbal) possui sua importância dentro do processo de leitura, porém ao analisarmos as histórias em quadrinhos de textos verbais e não-verbais, precisamos saber que eles apresentam características e elementos diferentes. Enquanto no texto verbal há palavras, no não-verbal encontramos desenhos, imagens, sons que exigem do leitor uma maior atenção. Como observa Ferrara (1991, p. 15), a leitura desses textos está estritamente ligada:

Explicando, a leitura não-verbal concretiza-se em um padrão metalingüístico que não o verbal ou escrito. A contextualização, o estranhamento, a eleição de uma dominante, a atenção, a ênfase, a observação, a comparação e a analogia, são condições de leitura não-verbal, mas esse produto só se manifesta, só explicita seu desempenho através do verbal, porque sua consciência, sua convicção alicerçam numa lógica argumentativa que é característica e distinção da linguagem verbal.

Desse modo, constatamos que toda leitura de um texto, seja ela verbal ou não-verbal, transmite uma mensagem ao leitor. Este por sua vez, deve preocupar-se em descobrir, por meio da observação, da atenção, da relação entre as palavras e os desenhos, da ordem dos quadrinhos, o conhecimento que tais textos estão proporcionando.

1.2 A INFLUÊNCIA DA LEITURA NA VIDA DAS CRIANÇAS

É desde a pré-escola que a criança inicia seus processos de identificação com o livro. A criança que exerce contato com o livro pela primeira vez ao entrar na escola, costuma associar a leitura com a situação escolar, principalmente se não há leitura no meio familiar. Se o trabalho escolar é difícil e pouco compensador, a criança poder adquirir aversão pela leitura e abandoná-la completamente quando deixar a escola. O livro deve entrar para a vida da criança, mesmo antes da idade escolar e fazer parte também de seus brinquedos e atividades cotidianas.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra [...] A velha casa, seus quartos, seu corredor, se sótão, seu terraço – o sitio das avenidas de minha mãe -, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os ‘textos’, as ‘palavras’, as ‘letras’ daquele contexto [...] se encarnavam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão eu ia aprendendo no meu trato com eles nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais [...]. A decifração da palavra fluía naturalmente de leitura do mundo particular [...] (FREIRE apud SANDRONI; MACHADO, 1987, p. 7-8).

Segundo a afirmação de Paulo Freire (1986) “[...] a leitura do mundo percebe a leitura da palavra”, quer dizer que da realidade cotidiana do aprendiz nasce naturalmente o conhecimento das palavras e das frases escritas.

Ler é conhecer, informar-se, sanar dúvidas, tomar conhecimento do que é proibido...

[...] Por meio do código lingüístico, o autor comunicar-se, em qualquer tempo e espaço (inclusive via tradutor dizemos nós), com o leitor. Esse código é normalmente representado pelo texto. Por isso, para saber o que é compreender um texto (GADOTTI apud SANDRONI; MACHADO, 1987, p. 17).

Ainda segundo Freire (1986, p. 11) “O ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e prolonga na inteligência do mundo”. O hábito de ler se forma cedo, muito cedo. E o exame do contexto familiar comum demonstra que é muito difícil a formação do habito de ler.

A leitura é um dado cultura: o homem poderia viver sem ela e durante séculos, foi isso mesmo que aconteceu. No entanto, depois que os sons foram transformados em sinais gráficos, a humanidade, sem duvida, enriqueceu-se

culturalmente. Surgiu à possibilidade de guardar o conhecimento adquirido e transmiti-lo às novas gerações.

Assim tornou-se cada vez mais importante para o homem saber ler. Não apenas decifrar aquele código escrito, mas partir dele, discutindo-o, contestando-o ou aceitando-o, construir um pensamento próprio. A leitura em sala de aula é fundamental para o processo de alfabetização. A atividade árida e tortuosa de decifração de palavras é a chamada leitura em sala de aula.

Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido. Essa é uma boa caracterização da tarefa de ler em sala de aula: para uma grande maioria dos alunos ela é difícil demais, justamente porque ela não faz sentido (KLEIMAN, 2002, p. 16).

Na aula de leitura, inicialmente, o professor tem o papel de mediador entre o aluno e o autor. Ele pode fornecer modelos para a atividade global, como pode, dependendo dos objetivos da aula, fornecer modelos de estratégias específicas de leitura, fazendo predições, comentários, perguntas.

A concepção de leitura que a considera como uma atividade a ser ensinada na escola, não como mero pretexto para outras atividades e outros tipos de aprendizagem, está embasada em modelos já bem definidos sobre como processamos as informações.

Esses modelos trabalham com os aspectos cognitivos da leitura, são aspectos ligados à relação entre o sujeito leitor e o texto enquanto objeto, entre linguagem escrita e compreensão memória, inferência e pensamento. Eles procuram incorporar aspectos socioculturais da leitura, desde que vão desde a percepção das letras até o uso dos conhecimentos armazenado na memória. Esses modelos se voltam para a regularidade do ato de ler, que quer dizem que o processo de leitura se dá intelectualmente pela apreensão da criança pelo texto e com vistas à interpretação do mesmo.

Conforme observam Brandão e Micheletti (1997, p. 22):

A leitura como atividade de linguagem é uma prática social de alcance político. Ao promover a interação entre indivíduos.
A leitura, compreendida não só como leitura da palavra. Mas também como leitura do mundo, deve ser atividade constituída de sujeitos capazes de interagir com o mundo, e nele atuar como cidadãos... A leitura como exercício de cidadania exige um leitor privilegiado, de aguçada criticidade... Cabe à escola o desafio da formação desse leitor.

A escola tem por objetivo ensinar a ler e os professores aos poucos vão descobrindo os interesses e preferências em seus alunos. A leitura é uma atividade

individual e só a leitura direta, sem intermediários, é leitura verdadeira: a leitura silenciosa, que mobiliza toda a capacidade de uma pessoa, é uma atividade quase como a de escrever.

1.3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCRITA

Hoje é impossível tratar a escrita como não sendo uma prática social. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Nesse sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência do mundo moderno, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

De acordo com Geraldi, (1996, p 97), “O início da aprendizagem da leitura e da escrita define-se na compreensão de dois fatos: dos usos e valores da leitura e da escrita em nossa sociedade”. Tal compreensão inicia-se muito cedo para os alunos, embora de forma diferenciada. Uns tem maior acesso e maior convivência com a escrita, outros menos, mas todos sem exceção, já pensaram sobre a escrita, formularam hipóteses sobre ela e se arriscaram em concretizá-las.

Segundo Fiad (1997), para aprender a escrever é necessário ter acesso a diversidades de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as questões reais que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer e receber ajuda de quem já sabe escrever.

De acordo com os Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa, as pesquisas na área de aprendizagem da escrita nos últimos vinte anos, têm provocado uma revolução na forma de compreender como esse conhecimento é construído. Para Câmara (1983), hoje já se sabe que aprender a escrever envolve dois processos paralelos: compreender a natureza do sistema de escrita da língua- os aspectos notacionais - e o funcionamento da linguagem que se usa para escrever- os aspectos discursivos. Além disso, é preciso compreender que o domínio da linguagem escrita se adquire muito mais pela leitura do que pela própria escrita, e que a escrita não é o espelho da fala.

Na perspectiva de Gnerre (1984, p. 115), “[...] escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar. É uma operação que influi necessariamente nas formas escolhidas e nos conteúdos referenciais”.

Devido a essa complexidade, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a escrever em condições semelhantes às que caracterizam a escrita fora da escola, afinal, a eficácia da escrita se caracteriza pela aproximação máxima entre a intenção de dizer, o que efetivamente se escreve e a interpretação de quem lê. Para a Proposta curricular (1988, p 14):

Texto é todo trecho falado ou escrito que constitui um todo unificado e coerente dentro de uma determinada situação discursiva. Portanto, o que define texto não é sua extensão (pode eventualmente ser uma só palavra, uma frase, um diálogo, períodos correlacionados na escrita) mas o fato de que é uma unidade de sentido em relação a uma situação.

Toda fala e toda escrita pode ser considerada um texto, desde que, estejam coerentes com a situação discursiva, além disso, um texto não pode ser definido pela sua extensão, uma simples palavra, uma frase pode ser considerado um texto desde que comuniquem alguma coisa, ou seja, desde que haja uma interação entre falante e ouvinte, autor e leitor, havendo assim o envolvimento de quem produz e de quem interpreta. É um processo onde o uso de recursos sistemáticos e de regras são essenciais.

Para Geraldi (1996), a produção de textos (orais e escritos), é o ponto de partida e de chegada de todo processo de ensino/aprendizagem da língua. Daí a sua importância na sala de aula sendo necessário um ambiente propício, onde o professor é o agente principal do processo deixando que o aluno libere seu pensamento, falando e escrevendo.

É necessário que o professor tenha em mente que o texto deve ser visto como um produto de uma experiência verbal, uma unidade lingüística organizada e marcada por elementos de coerência e coesão. Isso se dá pela prática educacional do professor e da escola que organizam a mediação entre o sujeito da ação de aprender (o aluno), que terá uma base de orientação da situação comunicativa (o que escrever, para quem escrever e como escrever) e o objeto de conhecimento (o texto) que será o conjunto de conhecimentos implicados nas práticas sociais de linguagem.

Assim, escrever não é apenas traduzir a fala em sinais gráficos, é portanto ordenar idéias para depois organizá-las num texto de maneira adequada.

2 O PAPEL DO PROFESSOR E A PRÁTICA DA LEITURA EM SALA DE AULA

Para que o aluno adquira o hábito da leitura ele necessitará de um trabalho contínuo que deve ser feito pelo professor durante as séries iniciais.

Mas, para que o professor transmita ao aluno a importância de se ter o hábito da leitura, ele, professor, deve ter tal hábito.

Atualmente nos acostumamos a ler somente aquilo que necessitamos, não nos utilizamos da leitura como lazer, como distração, passatempo. Fazemos da leitura um trabalho árduo, sem pensar que o mundo de hoje nos exige muitas coisas, dentre elas a leitura. E, principalmente quando trabalhamos na área da educação temos que fazer da leitura parte integrante de nossas vidas.

Devemos ler para conhecer o mundo, para conhecer novidades, devemos ler para enriquecer o nosso conhecimento e conseqüentemente o conhecimento de nossos alunos. Um professor que não é um leitor raramente conseguirá ter alunos leitores, pois, não se importará em despertar tal hábito em seus alunos se ele próprio, professor, não o tem.

Segundo Silva (1998) tanto o professor como os alunos devem se atualizar, buscando novos conhecimentos através da prática de leituras para o benefício social, pois, não se formam leitores com apenas três livros, mas com o hábito de ler diariamente enfatizando vários contextos em seu mundo, não esperando apenas os livros didáticos que a escola possui a disposição do leitor.

O professor, ao adquirir o hábito de leitura diariamente, estará aumentando o seu repertório de conhecimento, que incrementará seu dia-a-dia de trabalho pedagógico. Quando pensamos na leitura dentro da escola temos que estabelecê-la como um objetivo de trabalho e todo objetivo precisa ser analisado, pois muitos necessitam de técnicas ou métodos, sempre de acordo com a realidade que se é trabalhado e isso é papel do professor.

Dessa forma, cabe ao profissional docente realizar um trabalho muito bem planejado, que considere a realidade dos alunos fora da escola e tudo o que eles carregam de bagagem teórica.

Paulo Freire, um dos mais renomados educadores brasileiros, defende muito o hábito da leitura e com ele podemos complementar a intenção deste artigo, pois afirma que “A leitura do mundo antecede a leitura da palavra” (FREIRE, 2006, p.11),

ou seja, considerar a realidade do aluno e a leitura que este tem de mundo é fundamental para desenvolver o hábito da leitura em sala de aula, além disso, a leitura deve ser interessante ao aluno, por isso é fundamental que exista relação com seu mundo, ou ao menos que, a história mostre relações com a vida de quem a lê, pois assim, através dela o aluno perceberá que a leitura o faz refletir sobre muitas coisas.

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante.

Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar ou buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino carreto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação (FREIRE, 1993, p.20).

Como já ressaltamos, para que exista o interesse do aluno pela leitura, além da relação que deve existir entre leitura e mundo, é interessante que o educador demonstre a importância do ato de ler, mas, muitos educadores ainda sentem medo da leitura e encontram dificuldade diante da leitura e de sua compreensão. Em seu livro “Professora sim, tia não” Freire deixa claro que: Ninguém que lê, que estuda, tem o direito de abandonar a leitura de um texto como difícil porque não entendeu o que significa, por exemplo, a palavra epistemologia. Assim como um pedreiro não pode prescindir de um conjunto de instrumentos de trabalho, sem os quais não levanta as paredes da casa que está sendo construída, assim também o leitor estudioso precisa de instrumentos fundamentais sem os quais não pode ler ou escrever com eficácia. Dicionários, entre eles o etimológico, o de regimes de verbos, o de regimes de substantivos e adjetivos, o filosófico, o de sinônimos e de antônimos, enciclopédias. A leitura comparativa de texto, de outro autor que trate o mesmo tema cuja linguagem seja menos complexa. (FREIRE, 1993, p. 23)

Ele nos mostra que os professores devem investir no ato de ler e que este ato vai muito além de uma simples ‘passada de olhos’ sobre o texto. Ler é investir na leitura, é pesquisar sobre a leitura, aprofundar-se. Para ensinar o educando a ler, o educador deve ter o hábito da leitura e mostrar a seu aluno que a leitura é algo grandioso, que requer interesse e compromisso. Não devemos ler descompromissadamente, mas sim, buscar na leitura algo que

enriqueça nossas vidas.

O papel do educador, contudo é sentir prazer pela leitura, investir em seus conhecimentos, buscar fazer da leitura um hábito para que, em sala de aula possa sempre mediar aquilo que o aluno já sabe com aquilo que está descobrindo e aprendendo, proporcionando aos alunos momentos significativos de aprendizagem, momentos estes que envolvam leitura e que demonstrem a importância desta para a vida.

2.1 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR: UM PROCESSO CONTÍNUO

A aprendizagem é um processo contínuo construído na mente e nas ações do indivíduo, através do qual ele adquire informações, desenvolve habilidades, atitudes e valores, a partir de seu contato com a realidade e do convívio com outras pessoas. Trata-se de um processo que se inicia com o nascimento e perdura até a morte de cada indivíduo.

Segundo Bock (1999, p.124):

Aprendizagem é a modificação que ocorre na conduta mediante a experiência ou a prática. É um processo dinâmico, vivo, global, contínuo e individual. Exige como condição básica o amadurecimento do indivíduo para a referida modificação.

Vygotsky (1987, p. 57), afirma que:

Aprendizado ou aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, a partir de seu contato com a realidade, com o meio ambiente e outras pessoas.

Portanto, a aprendizagem de uma criança inicia-se antes de sua entrada na escola, pois desde o primeiro dia de existência ela já está exposta aos elementos da cultura através da presença do outro, que se torna mediador entre ela e a cultura. Isto significa dizer que não tem sustentação à tese que considera a criança que chega à escola como uma tabula rasa, desprovida de conhecimento.

Para Negrine (1994, p. 11): “Falar da aprendizagem do ser humano é adicionar a motivação como componente inerente ao processo, uma vez que está sempre presente como desencadeadora da ação”. Desse modo, para que o

processo ensino aprendizagem aconteça, é necessário que a motivação esteja presente em todas as esferas da vida.

A motivação é um componente de dimensão afetiva, que se define como um conjunto de desejos que leva o indivíduo a cumprir uma tarefa ou vislumbrar um objetivo que corresponda a uma necessidade, a qual muitas vezes determina a conduta de uma pessoa.

Na visão de Loureiro apud Funayama (1998, p. 61):

O aprender na escola, especialmente nas etapas iniciais de escolarização, cumpre importante papel no processo de desenvolvimento da criança. Uma diversidade de fatores individuais e ambientais interfere no processo de aprender. Dentre os fatores internos, as variáveis afetivas são consideradas como importantes na compreensão do envolvimento da criança com as situações de aprendizagem, influenciando o desempenho escolar e o desenvolvimento da personalidade.

A escola, embora não seja o único, é, sem dúvida, o lugar privilegiado para o ser humano se desenvolver e aprender, pois é o espaço em que o contato com a cultura é realizado de forma sistemática, intencional e planejado. Portanto, cabe a ela ensinar, garantir a aprendizagem, assegurando aos alunos o desenvolvendo de habilidades necessárias ao desenvolvimento humano e à vida em sociedade.

Conforme Vygotsky (apud BOCK, 1999, p. 84):

A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo está sempre mediada pelo outro. Não há como aprender e aprender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar o mundo à nossa volta.

A partir desse entendimento, podemos dizer que através das relações que se desenvolvem entre as pessoas, é possível criar novos conhecimentos, novas relações, e a partir daí, saberes que ajudam o ser humano a crescer e a querer comungá-los coletivamente.

Para Coll (apud NEGRINE, 1994, p. 12):

A aprendizagem significativa é uma questão de grau, isto é, o uso daquilo que se aprende e varia de indivíduo para indivíduo e, por isso, o professor deve esforçar-se para que cada aprendizagem por ele proposta seja o mais significativa possível para cada um de seus alunos.

Bock (1999, p.80) diferencia a aprendizagem mecânica da aprendizagem significativa. Para esse autor a aprendizagem mecânica refere-se a introjeção de novas informações com pouca ou nenhuma associação com conceitos já existentes na estrutura cognitiva. Já a aprendizagem significativa acontece quando um novo conteúdo relaciona-se com conceitos relevantes, claros e disponíveis na estrutura

cognitiva, sendo assim, assimilado por ela. Nessa concepção a aprendizagem é uma atividade que tem um início e um desenvolvimento, e recebe influência do meio em que o indivíduo está inserido.

Vygotsky (1987, p. 84) enfatiza que:

Construiu os conceitos de zona de desenvolvimento proximal, referindo-se às potencialidades da criança que podem ser desenvolvidas a partir do ensino sistemático. A zona do desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas pela criança, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração de companheiros.

Esse autor criou as zonas de desenvolvimento real, potencial e proximal na perspectiva de explicar o processo de aprendizagem e desenvolvimento. A zona de desenvolvimento real refere-se àquilo que o indivíduo realiza sem a ajuda do outro. A zona de desenvolvimento potencial refere-se a tudo aquilo que está latente no indivíduo, são suas capacidades, potencialidades. Por exemplo, a capacidade de andar, falar etc. A zona de desenvolvimento proximal consiste na mediação, ajuda que podemos dar para que alguém mais rapidamente se desenvolva, aprenda.

Assim, conhecer as zonas de desenvolvimento presentes na teoria sócio-interacionista, possibilitará ao professor conhecer os níveis reais e potenciais de seus alunos e elaborar sua proposta de ensino, criar e realizar zonas de desenvolvimento proximal tendo em vista a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Segundo Marturano (apud FUNAYAMA, 1998, p. 62), “A escola e a família como fatores externos podem ser consideradas fontes de recursos ou de limites para a criança, no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento”. Para se constituírem fontes de recurso e não de limites para a aprendizagem, cabe aos pais e a escola proporcionar à criança ambiente favorável à construção de seu conhecimento despertando nela o desejo para aprender.

3 A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE TEXTUAL

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. Atualmente exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram as demandas sociais até bem pouco tempo atrás — e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão.

De modo geral, os textos são produzidos, lidos e ouvidos em razão de finalidades desse tipo. Sem negar a importância dos que respondem a exigências práticas da vida diária, são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada.

Cabe, portanto, à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e que, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade.

Um exemplo: nas aulas de Língua Portuguesa, não se ensina a trabalhar com textos expositivos como os das áreas de História, Geografia e Ciências Naturais; e nessas aulas também não, pois considera-se que trabalhar com textos é uma atividade específica da área de Língua Portuguesa. Em conseqüência, o aluno não se torna capaz de utilizar textos cuja finalidade seja compreender um conceito, apresentar uma informação nova, descrever um problema, comparar diferentes

pontos de vista, argumentar a favor ou contra uma determinada hipótese ou teoria. E essa capacidade, que permite o acesso à informação escrita com autonomia, é condição para o bom aprendizado, pois dela depende a possibilidade de aprender os diferentes conteúdos. Por isso, todas as disciplinas têm a responsabilidade de ensinar a utilizar os textos de que fazem uso, mas é a de Língua Portuguesa que deve tomar para si o papel de fazê-lo de modo mais sistemático.

3.1 ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE PRODUÇÃO DE TEXTO

Para Geraldi (1996, p. 135): “Considero a produção de textos orais ou escritos como ponto de partida ou chegada de todo processo de ensino de aprendizagem da língua.”

Ao produzir um texto, o aluno está em contato direto com a língua da qual ele é falante e, intimamente ligado à sua própria formação discursiva.

Sem que perceba, aos poucos, enquanto produz seu texto, revela suas características específicas, características essas que devem se levadas em consideração pelo professor. Feitas as correções necessárias, o universo do aluno é ampliado, isto é, levar em conta esse universo, aqui, significa respeitar o aluno, mas também sugerir outras formas de articulação do discurso, pois assim ele terá mais facilidade para transitar por outras formações discursivas e, pouco a pouco, seus textos ganham aprimoramento maior.

A capacidade de articulação durante a produção e desenvolvimento de um texto é muito complexa, pois, além de exteriorizar o sujeito, leva-o a descobrir a grande distância existente entre a linguagem formal e escrita e a linguagem informal e falada.

Além disso, ao elaborar um trabalho, o indivíduo é coagido a criar algo novo que o mantenha em contato direto com o mundo que o cerca.

E este compromisso e essa articulação, a novidade de cada discurso e, do texto dele decorrente. Isto não se faz impunemente em dois sentidos diferentes, de um lado relativamente aos sujeitos que estão sendo sempre interrogados pela doutrina, no sentido de suas falas com ela se coadunarem; por outro lado as diferentes articulações são também responsáveis pela produção de novos sentidos anteriores reafirmando-os ou deslocando-os no momento presente (GERALDI, 1996, p. 136)

Uma das dificuldades em se escrever reside no momento em que o professor apresenta ao aluno, gravuras, mediante as quais devem ser desenvolvidos os textos. Estas gravuras limitam a criatividade, já que muitas vezes o aluno se vê pressionado, por um tema que nem sempre lhe agrada. O problema se torna ainda maior quando é colocado um limite de linhas, um número mínimo de linhas para se escrever, o sujeito se vê pressionado por esse limite, deixando o texto a desejar.

Outro intransponível obstáculo é chamado tema que, centrado o pensamento em um assunto nem sempre agradável, tolhendo a criatividade, pois só assim os indivíduos podem estar numa sociedade impunemente, podendo esquecer o que são para produzir textos absolutamente novos e pessoais a cada dia.

É bem provável que a razão primeira do aluno é executar uma tarefa que lhe foi solicitada; mas esta tarefa não é assumida como mero preenchimento de um espaço em branco precisamente porque o que o aluno tem a dizer se sobrepõe à razão artificial, criando outras razões que somente poderiam ser confirmadas pelo professor caso lesse o texto como interlocutor do aluno. (Geraldi, 1996, p. 141).

O aluno deve ser motivado a escrever sem linhas limites, a menos que ele já tenha uma certa experiência na arte de construção de frases, orações e períodos em seu trabalho. Antes de mais nada, a missão do professor é orientar e estimular a produção de estruturas e idéias clichês, não permitindo o aparecimento do novo, que faz parte do discurso.

3.2 A PRODUÇÃO DE TEXTOS NA ESCOLA

De acordo com Bastos e Mattos (1992, p 63), “A dificuldade encontrada pelos alunos com relação à produção de textos está em passar para o papel, ou seja, expressar na escrita o que contam oralmente”. Na modalidade oral, o falante tem o apoio da situação, isto é, tem a presença do interlocutor e todas as informações relativas à situação (como, por exemplo, o tempo e o lugar da enunciação). No uso da língua escrita, apenas o texto é apresentado ao leitor, sendo que o autor tem de construir o texto de tal forma que a ausência dos aspectos situacionais seja suprida pelos próprios mecanismos textuais e discursivos, o que exige um aprendizado específico, além da exigência da apresentação formal: parágrafos, ortografia, pontuação e acentuação. Ao contrário do que se pensa, entretanto, essas últimas

exigências não constituem a qualidade principal de um texto escrito, pois saber acentuar ou grafar corretamente as palavras não significa saber escrever.

Com relação a este aspecto podemos dizer que: a) o fato do aluno não saber escrever bem um texto mexe com todos os profissionais da língua e tem sido tema freqüente em debates referentes à produção de textos; b) a escola tem tido dificuldade em trabalhar a escrita; c) Em alguns trabalhos como de Fiad (1993) e Possenti (1993), discutiram que, a partir da análise de textos representativos de diferentes momentos da aquisição da escrita, observa-se a emergência de traços individuais na escolha dos gêneros discursivos e na seleção dos recursos linguísticos utilizados desde o início da escrita, e que o papel da escola vai na contramão desse processo. A língua escrita é vista e pensada pela escola como uma representação gráfica ou uma transposição da oralidade.

Entretanto, não deveria ser assim. A aquisição da escrita como afirma Fiad (1993), deve ser encarada como um momento individual de um processo mais geral da aquisição da linguagem, em que, cada pessoa ao entrar em contato com a representação escrita da língua que fala, passa a construir uma relação entre a fala e a escrita, adquirindo então a prática da escrita. É através dos textos (orais e escritos) que se dá a aquisição da linguagem e por esse motivo o texto passa a ser o lugar onde é feito todo o trabalho para essa aquisição, e deve ser reconhecido como tal e não como uma simples atividade escolar.

As produções escolares, no entanto, são feitas de forma vazia, o aluno fala para ninguém, ou não sabe para quem fala. Baseado nessa ausência de interlocutor, Pécora (1997, p 111) explica certos tipos de problemas das produções escolares. Para ele a ausência de interlocutor na situação de produção escrita pode apresentar uma grande dificuldade para a obtenção de coesão do texto. Normalmente na escola, o aluno é obrigado a escrever dentro dos padrões já estipulados, e seu texto será julgado e avaliado pelo professor, o principal e talvez o único leitor desse texto. Por isso, o estudante procurará partir do que acredita que o professor vai gostar para obter uma boa nota; fará a produção com base na imagem que cria do “gosto” e da visão de língua que ele supõe que o professor tem. Esse fato explica o porquê do estudante às vezes escrever seus textos usando vocabulários que não fazem parte do seu dia-a-dia, o que acaba também comprometendo a coesão textual.

Além desses problemas, ainda há outro bastante recorrente. Para Geraldi (1997) por vezes, o texto escolar funda-se em procedimentos de mera transferência

de estrutura de oralidade. Essas marcas de transferência da oralidade são constantes e caracterizam um procedimento lingüístico diferente. O estudante, por desconhecer ou dominar mal certas construções do português formal, acaba misturando os recursos da oralidade na construção de seus textos. Em um único texto podemos encontrar ora construção formal, ora construção oral.

É possível perceber, a partir do que foi dito, que a produção de textos escolares tem sido mostradas aos alunos como tarefa e não como atividades espontâneas em que escrever tornará uma prática à recuperação da escrita, pois o estudante se sente despreparado para escrever, falta-lhe a prática, daí advém a dificuldade, da dificuldade o desinteresse e o desencorajamento. Para Câmara (1983, p 112), “ninguém é capaz de escrever bem, se não sabe bem o que vai escrever”.

De acordo com Lemos com relação às produções escritas, o estudante se depara com um modelo de discurso escrito em que ele tenta manipular para desenvolver a atividade que lhe é exigida, esse modelo é resultado de um estereótipo formal que acaba atuando no sentido de bloquear a reflexão do aluno, que é substituída pelo preenchimento de um modelo que lhe foi dado previamente. Por esse motivo acontece a desorganização ou falta de sentido nos textos de vários estudantes.

Com todas essas considerações, pensar em atividades para ensinar a escrever é considerar todos os múltiplos aspectos envolvidos na produção de textos. Para isso, é necessário que haja em sala de aula um ambiente propício ao diálogo, aberto às várias opiniões, em que o aluno possa falar e escrever, e o professor possa interagir como principal agente interventor desse processo.

O que se percebe, no entanto, na perspectiva de Sercundes (1997, p 95), é que três linhas metodológicas visando a produção de textos aparecem na escola:

1- Escrita como dom - é necessário simplesmente ter um título, um tema e os alunos escrevem, praticamente não há atividade prévia para se iniciar um trabalho de produção, que só ocorre para ocupar um espaço de tempo e manter a disciplina, ou quando há adiantamento de aula ou substituições.

2- Escrita como conseqüência - tem como ponto de partida o saber oral que conduzirá a uma escrita, a um registro, muitas vezes homogeneização desse saber, verificando-se que esse registro é conseqüência do trabalho realizado. Basta ler um

texto, ver um filme, dar um passeio etc, para que se tenha um pretexto para a produção escrita. Nesse sentido, o texto é visto como:

- Registro de um saber que servirá para uma nota ou avaliação;
- Produto para uma correção, que na maioria dos casos, busca a higienização; ou leva à premiação, resultado de uma recompensa pelo produto acabado.

3- Por último, alguns professores, ainda com erros e acertos já estão tendo acesso a uma nova concepção de escrita: A escrita como trabalho que também parte do saber oral, com a grande diferença de que esse é reconhecido e trabalhado pelo professor, já que a produção escrita é tida como uma contínua construção de conhecimento, ponto de interação entre professor/aluno. Cada trabalho escrito serve de ponto de partida para novas produções, que sempre adquirem a possibilidade de serem reescritos, de apresentarem uma “terceira margem”.

Percebemos, diante de todas essas dificuldades, a necessidade de se organizar o trabalho educativo, facilitando a compreensão do aluno no momento de lidar com a escrita tanto em seus aspectos discursivos, quanto na importância de ser um usuário da língua escrita.

Deve-se visar a permanente construção do conhecimento, por meio do aprimoramento da linguagem oral e escrita, pois, com isso, o educando será capaz de compreender a realidade social e interagir nela.

3.3 A IMPORTÂNCIA DOS DIVERSOS PORTADORES DE TEXTO PARA A LEITURA

É importante ler textos, mas não só textos que transmitem através das palavras mensagens, como também ler os símbolos, por exemplo, ler uma figura, desenho o que aquela gravura está transmitindo, o leitor que realmente ler poderá ser capaz de emitir mensagens através de um texto representado por figuras entre outras.

Sabemos que existe vários tipos de textos, que nós nos deparamos no nosso dia a dia, textos longos e breves, mas sempre com o objetivo de transmitir uma mensagem, uma idéia, para tanto existe textos que nós muitas das vezes sentimos

desestimulados pelo conteúdo por ser um pouco extenso, principalmente quando tem um contexto distante da realidade do leitor.

Para Naspoline (1996, p. 39):

Em relação aos tipos de textos para fins didáticos podemos classificar os textos em práticos, informativos ou literários e extraverbais, sendo que os três primeiros grupos foram introduzidos, por Landsmann. Essa classificação segundo ela tem o objetivo de facilitar o trabalho que teve o aluno a produzir e sistematizar conhecimentos.

O objetivo é não somente levar o aluno a reconhecer as diversas modalidades de texto, mas levá-lo a escrever cada uma delas. O contato da criança com textos variados facilita a descoberta das regras que regem a linguagem escrita.

Práticos: São os textos com os quais nos deparamos em nosso dia-a-dia. Por exemplo: contas de água, luz e telefone, cheques, embalagens de todos os tipos, manuais, listagens, itinerários, ingressos, passagens, carnês, bulas de remédio, cardápios, receitas culinárias, notas fiscais, cartas, bilhetes, telegramas. (NASPOLINE, 1996, p. 39).

Para exemplificar, vejamos como atividades de aprendizagem sobre a carta podem ser desenvolvidas em ensino fundamental II, baseado-se na teoria de Jolibert (1994).

Cada criança deverá construir a noção de destinatário; apropriar-se da estrutura específica da carta com sua silhueta; ser capaz de argumentar, quando necessário; empregar corretamente a pontuação e a letra maiúscula; e adquirir vocabulário adquirido a situação.

Uma discussão pertinente diz respeito a funcionalidade desse tipo de texto. Questionar o porque escrever uma carta quando se poderia usar o telefone ou conversar pessoalmente. Aqui vários motivos podem ser levados: segurança, praticidade e economia por exemplo.

Quando se telefona, a pessoa pode não estar naquele exato momento; se deixarmos recado, ela pode não receber. E às vezes mesmo que a pessoa more perto não tem tempo de ir até ela. Além disso há coisa que gostamos de dizer por escrito para organizar melhor as idéias ou para que possam ficar guardadas. Outra questão é o preço: na maior parte dos casos os telefonemas são mais caros que as cartas (NASPOLINE, 1996, p. 40).

Textos Informativos ou Científicos: Em relação a estes textos existem função específica que é manter o leitor informada e oferecer conhecimentos, para constatar esta versão vejamos o que diz a seguinte citação:

São os textos ou já a função é trazer ao leitor conhecimentos, descobertas e novidades em geral. Exemplo disso são as notícias de jornal, enciclopédias, dicionários, gramáticas, revistas, entrevistas, os textos científicos, históricos e geográficos, tabelas e gráficos. (NASPOLINE, 1996, p. 44).

É interessante destacar que cada texto tem sua atividade especial, no caso dos textos acima citados, cada um exerce de forma especial sua atividade a exemplo disso temos o jornal cuja sua função é informar das notícias, sobre os acontecimentos ocorridos no mundo no nosso dia a dia.

Como trabalhar textos informativos em sala de aula com alunos do ensino fundamental II, por exemplo:

- Que os mesmos levam as notícias dos jornais;
- Recorte aquela que mais lhe chama atenção;
- Cole e fale o que entendem sobre a informação;
- Já em relação a texto literário:
- Identificar que é o autor do texto;
- Qual é a idéia central;
- Quais são os personagens;

Textos Extraverbais: Baseando-se em leituras de textos de autores que escreveram sobre leitura e escrita constatou-se que na visão de um autor, o código lingüístico não é o único a permitir a leitura, pois existe outras formas de textos, que são: ilustrações, figuras entre outras.

A partir do momento em que entendemos por texto, tudo que conseguimos compreender e interpretar. Desta visão, o código lingüístico não é o único a permitir a leitura. Existem 'os textos' que não são escritos com palavras, mas empregam outros códigos não lingüísticos ou além dos lingüísticos- os textos extraverbais. Exemplos: figuras, ilustrações, arquitetura, história em quadrinhos, charque, quadro de arte, música, gestos entre outros (NASPOLINE, 1996, P. 46).

Como vimos, o código lingüístico, não é exclusivo a leitura, se a partir daí conseguirmos compreender por que na realidade "os textos" que não são escritos através das palavras, porém fazem uso de outros códigos lingüísticos – que são os textos extra-verbais. Exemplos: história em quadrinhos, quadro de arte entre outros.

Síntese: Ser alfabetizado é antes de tudo experienciar-se ao dia a dia. Esse aspecto destaca os chamados "usos práticos ou funcionais da linguagem". Além do

mais, uma pessoa alfabetizada possui certos privilégios que os demais não tem. E por fim, quem lê e escreve tem facilidade de expressar-se.

Textos Literários: São os textos que aparecem em forma de história contadas por autores para despertar o interesse pela leitura do mesmo. Vejamos um trecho do seguinte texto:

Um Homem de Consciência
Clamava-se João Teodoro, só. O mais pacato e modesto dos homens. Honestíssimo e Lealíssimo, com um defeito apenas: não dá o mínimo valor a si próprio. Para João Teodoro, a coisa de menos importância no mundo era João Teodoro. (NASPOLINE, 1996, p. 45)

O texto citado fala de um homem que na realidade não valorizava a si mesmo.

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento.

A literatura não é cópia do real, nem puro exercício de linguagem, tampouco mera fantasia que se asilou dos sentidos do mundo e da história dos homens. Se tomada como uma maneira particular de compor o conhecimento, é necessário reconhecer que sua relação com o real é indireta. Ou seja, o plano da realidade pode ser apropriado e transgredido pelo plano do imaginário enquanto uma instância concretamente formulada pela mediação dos signos verbais (ou mesmo não-verbais conforme algumas manifestações da poesia contemporânea).

A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tratá-los como expedientes para servir ao ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do “prazer do texto”, etc. Postos de forma descontextualizada, tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias

3.4 A ADEQUADA ESCOLHA DOS TEXTOS E DAS ATIVIDADES DE LEITURA E ESCRITA

Defender a importância do trabalho pedagógico com a diversidade textual na alfabetização não significa considerar que os alunos possam realizar todo o tipo de atividade com qualquer tipo de texto.

É preciso ter critérios de seleção, considerando, por exemplo, a complexidade do texto, o nível de dificuldade da atividade em relação ao texto escolhido, a familiaridade dos alunos com o tipo de texto, a adequação do conteúdo à faixa etária e a adequação dos textos selecionados e da proposta de atividade às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Os textos mais adequados para o trabalho pedagógico de alfabetização, isto é, aqueles que favorecem a reflexão dos alunos não alfabetizados sobre as características e o funcionamento da escrita são os que oferecem a eles situações possíveis de leitura e escrita. Sem dúvida, essas situações serão difíceis para esses alunos, uma vez que ainda não estão alfabetizados, mas precisam representar um desafio possível: evidentemente, um indivíduo que não sabe ainda ler e escrever só pode ser solicitado a fazer isso se a tarefa proposta estiver – ainda que parcialmente dentro de suas possibilidades, se ele achar que pode tentar e conseguir... Como se sabe, as atividades de leitura e escrita serão desafiadoras se forem ao mesmo tempo difíceis e possíveis.

Para esse tipo de atividade são adequados os seguintes textos: listas (de animais, frutas, cores, brinquedos, títulos, nomes, etc.), receitas, histórias em quadrinhos curtas, regras de jogos conhecidos, bilhetes curtos em que se tenha uma informação geral sobre o conteúdo.

É importante ressaltar que um texto não se define por sua extensão: (texto é todo trecho falado ou escrito que constitui um todo coerente dentro de uma determinada situação discursiva dentro de uma situação social real. “O nome que assina um desenho, a lista do que deve ser comprado, um conto ou romance, todos são textos. A palavra “pare” pintada no asfalto em um cruzamento, é um texto cuja extensão é de uma única palavra.”

CONCLUSÃO

Atualmente, muitos educadores reconhecem que alfabetização não se resume a aprendizagem de como juntar letras para formar palavras. Para alfabetizar de fato e preciso introduzir os jovens e adultos no universo da escrita, mostrando-lhes os principais tipos de textos que estão presentes na nossa sociedade. É preciso trabalhar textos diversos como contos, poesias, notícias de jornal, folhetos informativos, receitas, instruções, etc. Os alunos precisam ter contato com jornais, revistas, folhetos diversos, cartazes, mapas, livros para de fato se familiarizar com a cultura escrita.

A eficácia dos portadores de textos tem sido comprovada por ser um material disponível no dia-a-dia da criança, trazendo informações visuais e gráficas relevantes para desenvolver um trabalho em sala de aula, permitindo que a realidade extra – escolar adentre o contexto escolar.

Propiciar ao educando uma visão do mundo que o cerca, orientar e ajudar os mesmos na construção de hipóteses textuais diferentes, permitindo o desenvolvimento da leitura e escrita ‘convencionais’, além de ampliar estes conceitos e promover interação do educando com o texto e com outros interlocutores na troca de idéias e experiências, deve ser o objetivo principal do professor que tem como meta, o desenvolvimento da criança quanto a cidadãos críticos e conscientes de seus deveres e direitos.

Portanto, concluímos que diversificar é preciso, necessário, urgente e possível e a certeza da importância da informação. O professor tendo como ferramenta, a boa vontade, criatividade e estimulação o resultado de sucesso virá. O professor será sempre o mediador em sala de aula. Dosando os textos, usando estratégias diferentes e oferecendo o de melhor a seus alunos.

REFERENCIAS

- BOCK, M. B. **Psicologia**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRANDÃO, Helena Nagamine; MICHELETTE, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Lígia (Coord. Geral). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2001.
- FERRARA, Lucrécia D' Alésio. **Leitura sem palavras**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- FERREIRA, Holanda Buarque **Aurélio**: Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: 1986.
- FIAD, Raquel Salek, SABINSON, Maria Laura Trindade Mayrink. **A escrita como trabalho**: questões de linguagem. 3. ed. Veredas, 1993.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 47.ed. São Paulo, Cortez, 2006.
- _____. **Professora sim, tia não**: Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1993.
- _____. **A importância do ato de ler**. Em três artigos que se completam. São Paulo: Córtes, 1986.
- FUNAYAMA, Carolina Araújo (Org). **Problemas de aprendizagem**: enfoque multidisciplinar. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.
- GERALDI, Wanderley João. **Portos de passagem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GNERRE, Maurício. Linguagem e poder. In: _____. **Linguagem, escrita e poder**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- NASPOLINE, Ana Tereza. **Didática de português**: tijolo por tijolo: leitura e produção escrita. São Paulo: FTD, 1996
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 2001.

- POSSENTI, Sírio. Estilo e aquisição da escrita. **Estudos Lingüísticos XXII**, p. 202-204, 1993.
- SANDRONI, Laura Constância, MACHADO, Luís Raul. **A criança e o livro**: guia prático de incentivo à leitura. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- SILVA, E. T. **Elementos da pedagogia da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VIGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ZILBERMAN, Regina et. al. **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. 11. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- YUNES, Eliana. **A leitura e formação do leitor**: questões culturais e pedagógicas. Rio de Janeiro: Antares, 1984.